



SÃO PAULO, METRÓPOLE CATÓLICA:

IV CONGRESSO EUCARÍSTICO NACIONAL EM SÃO PAULO.

JOÃO CARLOS SANTOS KUHN¹

Com o advento da República no final do século XIX, Estado e Igreja passam a ser instituições separadas, e o catolicismo deixa de ser a religião oficial no Brasil. De acordo com Fausto (2012: 216), a partir de 1891, algumas atribuições então monopolizadas pela Igreja são atribuídas ao Estado, como o reconhecimento do casamento civil, secularização dos cemitérios, ensino laico nas escolas públicas e exclusão de direito de voto para religiosos submetido ao voto de obediência religiosa.

Entretanto, influenciada pelo movimento ultramontano² — orientado pela Santa Sé Romana do Papa Pio IX — a Igreja Católica no Brasil buscou durante todo o período da República Velha se reorganizar através de reformas em sua estrutura interna onde preparou os clérigos para a defesa da legitimidade da instituição, procurando assim combater os ataques vindos de diferentes setores sociais imbuídos de diversas ideologias condenatórias à religião, que geravam a perda de privilégios e do crescente movimento de secularização da cultura (ROMANO, 2007: 9-14).

Entre 1920 e 1930 o episcopado brasileiro, com a colaboração do clero e laicato, buscou ampliar sua relação de influência política através da criação de sistema de ensino, produção cultural e o enquadramento dos intelectuais leigos que estivessem ligados a sua hierarquia. Inseridos no contexto da Ação Católica³, que tinha como finalidade última formar

¹ Faculdade de Arquitetura e Urbanismo / USP. Mestre e Doutorando em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo.

² O Movimento Ultramontano surge no interior da Igreja Católica na França após a Revolução Francesa como forma de reação dos constantes ataques vindos de setores sociais imbuídos de diferentes ideologias condenatórias à religião (dos liberais moderados aos marxistas e anarquistas), que buscavam retirar da religião qualquer posição oficial na sociedade e reduzindo as religiões como organizações puramente voluntárias. Segundo Romano (2007: 11-12), no Brasil, tais tentativas de romanização da Igreja podem ser percebidas ainda no final do século XIX. Ainda no período Imperial, a Igreja vivia sob o regime de Padroado (direito concedido ao Rei de Portugal de exercer o governo religioso no reino e nas colônias), gerando conflitos entre os clérigos formados em Roma (Dom Vital e Dom Antonio Macedo Costa) e a monarquia.

³ Segundo Ney de Souza (2006), a Ação Católica nasce em 1922 na Itália com o início do pontificado do Papa Pio XI, a Igreja procura a aproximação e colaboração dos fiéis leigos na busca de impedir um recuo maior da perda de privilégios preparando assim para a reconquista do terreno perdido. Buscando um apelo ativista dos cristãos, atingiu todas as camadas sociais (em especial os operariados) na reconstrução de uma mentalidade

as camadas leigas da sociedade para o trabalho no apostolado hierarquizado da Igreja, tal reação constituiu um importante movimento político, social e literário com o propósito de desenvolver a cultura católica superior por meio de atividades em diferentes setores, as quais incluíam conferências, grupos de estudo, apostolados diversos, e ainda o sindicalismo cristão.

A Ação Católica no Brasil nasceu com o mesmo espírito que Pio XI desejava, ou seja: uma associação de católicos que, a partir do seu próprio ambiente, participam ativamente na missão apostólica da Igreja. O papel inicial da Ação Católica Brasileira foi à defesa dos valores e princípios cristãos por parte dos leigos católicos no campo da atuação política. (SOUZA, 2008: 48).

Nesse contexto, intelectuais como Alceu Amoroso Lima e Jackson de Figueiredo encontraram espaço para difundir os interesses eclesiais na criação da revista “A Ordem” (1921) e do Centro Dom Vital (1922)⁴, instâncias que no final da década de 20 conseguem se tornar uma força político-social contra o socialismo e todas as forças que ameaçavam a moral cristã. Antonio Carlos Villaça (1975: 103) — estudioso do pensamento católico no Brasil pertencente ao grupo de intelectuais católico — observa 1922 como o ano da tríplice revolução: a política (Forte de Copacabana), a estética (Semana de Arte Moderna em São Paulo) e a espiritual (fundação do Centro Dom Vital e a publicação de livros como Pascal e a inquietação moderna, de Jackson de Figueiredo, e A Igreja, a Reforma e a Civilização, do padre jesuíta Leonel Franca).

religiosa católica que foi gradativamente enfraquecida a partir da Revolução Francesa e do pensamento Iluminista. No Brasil, a Ação Católica, se oficializou a partir da década de 1930, porém já na década de 1920 haviam indícios de pequenos grupos militantes coordenados por sacerdotes seculares e religiosos que em seus estudos em Roma tinham contato com a Ação Católica Romana e assim tentaram implementar a idéia propagada por Pio XI (Fenelon e Khoury, 1987. p.127). O papel inicial da Ação Católica Brasileira foi à defesa dos valores e princípios cristãos por parte dos leigos católicos no campo da atuação política.

⁴ O Centro Dom Vital é fundada no Rio de Janeiro por Jackson de Figueiredo, jornalista convertido ao catolicismo em 1918, influenciado pelo então cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme, que em 1916 havia lançado uma Pastoral quando ainda era arcebispo de Olinda, onde conclamava os católicos a se unirem para defender a fé católica ao atuar na sociedade. Na figura de Dom Vital, Bispo de Olinda - PE (1871 - 1878) afirmava-se a negação desse pensamento liberal, em uma luta contra a maçonaria, considerado por Antônio Villaça (2006.p.10) como ecletismo católico, na busca de uma unidade ideológica na igreja anteriormente característica ao rompimento realizado por Pombal.

A equiparação entre esse três eventos demonstra que parte da Igreja Católica pleiteava também um lugar na modernidade nacional. Em um ato de afirmação como modernos portadores de um “modernismo espiritualista” (MICELI, 2001:128) — diferentes, portanto, dos intelectuais paulistas ligados à Semana de 1922 — esses intelectuais católicos se apoiariam na idéia de uma tradição brasileira autêntica e tradicionalista. Para Luís Mir (2007), o Centro Dom Vital representava "o primeiro agrupamento político que esboçou a idéia do nacionalismo católico como alicerce da restauração das tradições católicas do povo brasileiro após o catolicismo republicano" (MIR, 2007: 89).

A partir da década de 1930, a hierarquia católica buscava, em um movimento chamado Restauração Católica, estabelecer um pacto de aliança com os governadores do país em defesa do poder constituído, em oposição aos movimentos revolucionários que visavam alterar o regime político e a ordem social. Segundo Azzi, "o fortalecimento da autoridade política no país era considerado pelos prelados como um elemento básico para que a Igreja Católica pudesse de novo afirmar sua presença na sociedade" (1979: 76).

Nesse momento, Getúlio Vargas percebe na Igreja uma forte aliada para a manutenção das ideologias pregadas em seu governo. Segundo Paulo Julião da Silva (2012: 2), Getúlio Vargas aproveitou a religião como instrumento de coesão, e apropriou-se do léxico religioso para legitimar-se como “pai da nação” em uma perspectiva cristã. Sendo assim, com a participação dos intelectuais conservadores iniciada na década de 1920 aos quais se refere Miceli (2001), o catolicismo voltava a aproximar-se do discurso do Estado. O apoio da igreja católica ao projeto de Getúlio não apenas garantia lugar a uma igreja que se sentiu ameaçada devido à perda de privilégios políticos ocorrido após a instauração da república, mas também auxiliava o “Estado Novo” de Vargas contra o pensamento comunista que se difundia nesse período. Nesse contexto, a Igreja se apresentava como uma religião que, por se autodenominar historicamente “tradicional”, assumiria um papel de cooperação e fortalecimento desse sentimento de unidade nacional. Enquanto o Estado novo representava a nova ordem da nação, a Igreja representava a nova ordem na vida espiritual no Brasil.

Podemos assim observar a ação da Igreja Católica nas realizações de grandes eventos que conduziram a massa da população católica a apoiar o governo de Vargas. Miceli (2001) observa que "a Igreja assumiu o trabalho de encenar grandes cerimônias religiosas das quais os dirigentes políticos podiam extrair generosos dividendos em termos de popularidade"

(p.128). Tem-se como exemplo a construção do Congresso Arquidiocesano em 1931; as procissões em homenagem a Nossa Senhora Aparecida, que foi oficializada como padroeira do Brasil em 1931; e a inauguração do Cristo Redentor no Corcovado na data do descobrimento da América, consagrando-se a nação "ao Coração Santíssimo de Jesus, reconhecendo-o para sempre seu Rei e Senhor" (FAUSTO, 2012: 284). Nesse contexto, os Congressos Eucarísticos Nacionais ocorridos no Brasil a partir de 1933 constituíam "... a forma mais expressiva utilizada pela Igreja para reafirmar de modo visível sua presença na sociedade brasileira" (AZZI, 1979: 77). Na década de 1930, observa-se a organização de três Congressos Eucarísticos Nacionais: Bahia (1933), Belo Horizonte (1936) e Recife (1939). O evento continuou nas décadas seguintes, porém após ser sediado em São Paulo (1942), ocorreu com intervalos de tempo maiores entre eles.

Ao observarmos a Igreja Católica em São Paulo, pode-se perceber que no início do século XX a então diocese de São Paulo — subordinada à diocese de São Sebastião do Rio de Janeiro — passou a ser considerada como Arquidiocese, sob a direção do então primeiro arcebispo de São Paulo Dom Duarte Leopoldo e Silva. Segundo Souza (2007), durante seu mandato (1908 - 1938), Dom Duarte estabeleceu normas de organização da Igreja em de São Paulo, não apenas com "a divisão racional e ampla da diocese, que a tornasse mais prática, mais governável" (p.104) ⁵, mas também como a construção de edificações a serviço da igreja e o incentivo para a construção de novas igrejas na cidade.

As construções de edificações religiosas (as catedrais simbolizando a diocese e as igrejas simbolizando as paróquias) podem ser consideradas como a marcação física e visível dessa territorialidade católica. Ao analisar a Arquidiocese de São Paulo na década de 1930, percebe-se um aumento significativo de fundações e construções de igrejas na região metropolitana da cidade demonstrando que as ações influenciadas pelo movimento de Restauração Católica, desenvolvidas nas décadas de 1920 e 1930, não se limitaram apenas a um aspecto social, político e religioso, mas também buscaram intervir de forma física na cidade de São Paulo. Segundo o senso do Centro de Estatísticas Religiosas e Investigação Social (CERIS), centro oficial de estatística da Igreja Católica no Brasil, observa-se nesse período a criação de 40 paróquias.

⁵ Com a criação da Arquidiocese de São Paulo, Dom Duarte dividiu seu território eclesiástico em cinco dioceses distribuídas por Taubaté, Campinas, Botucatu, São Carlos e Ribeirão Preto.

Em 13 de novembro de 1938, Dom Duarte faleceu no Palácio São Luís, residência episcopal em São Paulo. Em seu lugar, Dom José Gaspar d'Afonseca e Silva assume, em 1939, a frente da arquidiocese de São Paulo. Em continuação às estratégias de fortalecimento do papel da Igreja na cidade e sociedade paulistana, Dom José Gaspar, iniciou uma eficiente administração de todos os serviços eclesiais. Não apenas se limitando a uma reforma de modernização na formação do Clero de São Paulo, o arcebispo também empreendeu melhoramentos no Museu da Cúria (posteriormente nomeado como Museu de Arte Sacra); deu continuidade ao projeto do Arquivo da Cúria, impulsionou à construção da nova catedral da Sé reorganizando a sua comissão das obras; organizou o projeto em prol da construção da nova Basílica de Aparecida do Norte com auxílio de arquitetos e urbanistas como Benedito Calixto Filho (projeto do santuário) e Prestes Maia (urbanismo da cidade de Aparecida)⁶ e foi responsável pela organização e realização do IV Congresso Eucarístico Nacional realizado em São Paulo (1942) com a forte participação dos leigos católicos como integrantes do evento.

Aprofundando o projeto de territorialização iniciado com Dom Duarte, o novo arcebispo — mesmo no curto tempo em que esteve responsável pela arquidiocese paulistana (1939-1943) — se destacou pela fundação e construção de 45 novas igrejas na região metropolitana de São Paulo⁷, a grande maioria delas entre os anos de 1939 e 1940, véspera da realização do IV Congresso Eucarístico Nacional⁸.

Ao iniciar o Sr. d. José o governo da arquidiocese, o numero de paróquias era de 69. Completando o primeiro ano de sua administração, estas subiram a 118 e hoje estão duplicados, levando a todos os recantos da metrópole os meios de assistência religiosa e a palavra doutrinadora da Igreja. [...] Como resultado dessa multiplicação de paróquias, a capital está enriquecendo de uma serie de novos templos, capaz de atender ás necessidades de culto de sua população, no passo que muitos outros se reformam e se completam. (D. José Gaspar, 1942: 05).

⁶ Segundo Julio Cesar Moreno (2009: 45), o projeto da nova Basílica, não ficou restrita apenas a construção do templo, necessitando intervenções na estrutura urbana de Aparecida do Norte. Segundo o autor nos informes Ecos Marianos é possível perceber a participação do "Eminente urbanista Dr. Prestes Maia" no projeto de urbanização ao redor do templo.

⁷ Anuário Católico do Brasil. Rio de Janeiro: Centro de estatística religiosa e investigação social (CERIS). 1985. Vol.7; p.1771.

⁸ Entre as 45 igrejas: 17 delas foram construídas em 1939 (ano em Dom Gaspar é nomeado Arcebispo) e 27 foram construídas em 1940.

Conforme citado anteriormente, os Congressos Eucarísticos Nacionais representaram nas décadas de 1930 e 1940 uma das mais importantes ferramentas utilizadas pela Igreja para reafirmar de modo visível sua presença na sociedade brasileira. Em 1939, após a realização do III Congresso Eucarístico Nacional em Recife, elegeu-se São Paulo como a próxima cidade a sediar o evento. Nesse mesmo ano tomava posse da direção da Arquidiocese de São Paulo, Dom José Gaspar, que assumiu a responsabilidade da organização e execução do evento em São Paulo. O artigo intitulado O III Congresso Nacional Eucarístico em Recife: a peregrinação paulista através das notas da carteira de um repórter peregrino publicado no jornal *O Estado de São Paulo* em 11 de novembro de 1939, relatou o evento ocorrido em Recife e o anúncio da eleição:

O alto-falante anunciou que ia ser declarada a decisão da comissão episcopal, diretora dos Congressos Eucarísticos Nacionais, sobre a sede do IV Congresso, em 1942. Era voz corrente que a cidade de Porto Alegre seria a indicada, embora tivesse sido ventilada a indicação da capital bandeirante. [...] Assim, foi com grande surpresa que ouvimos a efetiva indicação de São Paulo para o Congresso de 1942. Grande foi a nossa emoção e a nossa alegria; emoção e alegria que cresceram, quando vimos o clamor e os aplausos da multidão saudando a terra Bandeirante (III Congresso, 1939: 7).

Além da sua importância como representação, o Congresso impunha necessidades práticas de adaptações para receber o grande número de fiéis que seriam recebidos em São Paulo em romaria. No mesmo artigo é possível perceber, em meio à alegria demonstrada pelos peregrinos paulistas, a preocupação por parte dos romeiros paulistanos em deixar claro que mesmo com alguns possíveis problemas existentes na cidade: como topografia da cidade, problemas com o congestionamento e aparência da cidade, deixando claro que o poder público já se empenhava em resolvê-los permitindo acolher os milhões de fiéis na cidade.

Dissemos logo que a topografia se São Paulo, o congestionamento de transito, com a carência de vastas praças, oferece aos poderes públicos e ao Sr. arcebispo de S.

Paulo algumas dificuldades; mas, seria superiores as energias de paulistas, pois que, concluídas as obras portentosas em que a prefeitura municipal estava no momento empenhando, essa face do problema seria resolvido no decurso dos três anos, que ainda nos afastam da primavera de 1942. [...] Ora, a capital paulista está empenhada em poder oferecer, a milhares de turistas que já diariamente a visitam alguma coisa mais que seu dinamismo, que suas instituições culturais, que o seu maravilhoso parque industrial: - S. Paulo quer oferecer também primores de urbanismo, parques, jardins, paisagens dignam do seu progresso (III Congresso, 1939: 7).

Após o Congresso Eucarístico de Recife, a arquidiocese de São Paulo, tendo a frente Dom José Gaspar, institui uma Junta Executiva para cuidar dos preparativos para o evento paulista. A Junta Executiva consegue se articular em busca de auxílio para a divulgação e viabilização do evento que ocorreria em 1942. Observa-se uma aliança de cooperação entre a Igreja e a Prefeitura de São Paulo quando essa, figurada pelo então prefeito Prestes Maia, indica o arquiteto Carlos Alberto Gomes Cardim Filho para integrar, como representante do estado, a junta executiva.

A Prefeitura Municipal de São Paulo, [...] como as de todas as grandes cidades onde se realizaram Congressos Eucharísticos Nacionais ou Internacionais, vai colaborar activamente na organização do Quarto Congresso Eucharístico Nacional, em 1942, e que reunirá na capital do Estado milhares de peregrinos e forasteiros. O Sr. Dr. Prestes Maia apresentou ao Sr. arcebispo o nome do arquiteto Carlos Alberto Gomes Cardim Filho, actual chefe da Divisão de Urbanismo, para seu representante na Junta Executiva (Congresso Eucharístico Nacional, 1940: 6).

Indicado por Prestes Maia para o comando do projeto e embelezamento do IV Congresso Eucarístico Nacional, Carlos Alberto Cardim Filho era engenheiro-arquiteto formado na Politécnica de São Paulo e assumia naquele momento o cargo de Diretor do Departamento de Arquitetura da Prefeitura de São Paulo. Além da participação no IV Congresso, tomou parte em outras obras ligadas à Igreja Católica. O arquiteto era filho de Carlos Alberto Gomes Cardim (pedagogo, professor da Escola Modelo Prudente de Moraes e

um dos fundadores da Academia de Belas Artes de São Paulo) e sobrinho de Pedro Augusto Gomes Cardim (advogado, jornalista, membro da Academia Paulista de Letras) (FICHER, 2005: 245). Tendo sua formação inicial com os religiosos da Companhia de Jesus, foi engajado nas atividades da Associação dos Antigos Alunos Jesuítas, na qual lutou pela reconstrução do Pátio do Colégio, estando à frente do projeto do colégio e igreja, iniciado a partir de 1954⁹.

Diante do contexto de metropolização, o município identifica a necessidade da implantação de um planejamento urbano modernizado, "um planejamento integrado ou de conjunto, segundo técnicas e métodos definidos, seria indispensável para solucioná-los" (VILLAÇA, 1999: 183). Na década de 1930, o projeto de expansão da rede viária do centro da cidade de forma a desafogar o intenso tráfego então existente — desenvolvido na década de 1920 por João Florence D'Ulhoa Cintra e retomado por Francisco Prestes Maia na sua gestão como prefeito — inicia sua implementação. O estudo, que inclui análises sobre o sistema de transportes, infra-estrutura, legislação urbanística e o financiamento do projeto, tem destaque ao sistema viário composto basicamente por dois sistemas: o perimetral e o radial. O sistema perimetral era composto de três anéis viários, sendo o primeiro chamado de "perímetro de irradiação", o segundo deveria ser traçado ao longo das linhas férreas de São Paulo Railway e da Sorocabana (Boulevard exterior) e o terceiro englobaria toda área urbanizada da cidade na época ao longo das margens dos rios Tietê e Pinheiros (circuito das parkways).

A partir do perímetro de irradiação em torno do centro, Prestes Maia havia projetado uma série de avenidas radiais em todas as direções da cidade. A estrutura viária radial-perimetral é montada na forma de um esquema geométrico estilizado onde sua formulação graficamente seria representada como um desenho geometrizado adquirindo a perfeição circular da cidade ideal, na busca de "formar uma outra realidade racional e coerente" (CAMPOS, 2000: 398).

Conforme o plano de Prestes Maia, alguns traçados diametrais atravessariam a cidade de ponta a ponta, cruzando o circuito central, figuradas pela Avenida Anhangabaú (iniciada na

⁹ KUHN, João Carlos Santos. Resistências Sagradas: Pátio do Colégio, secularização e reconstrução. Dissertação (Mestrado). São Paulo: FAU/USP. 2016

gestão de Pires do Rio) e a Avenida Itoioró (em projeto) que formariam um "sistema Y". Formando uma diametral Norte-Sul, a via atravessaria o perímetro de irradiação. Prestes Maia tinha sonhos muito ambiciosos para a vertente Sul do Vale do Anhangabaú, a atual Praça da Bandeira. Propondo para o Vale do Anhangabaú um novo arranjo, Prestes Maia, previa para o local uma feição monumental. Com a substituição da antiga estrutura metálica pela construção de um novo viaduto em concreto que se alinharia a Praça do Patriarca, o Vale deixaria, segundo o plano, de ter características de bulevares ajardinados para abrigar, o que Prestes Maia denominou como, a sala de visitas de São Paulo.

Estamos num momento de belos projetos e no Rio causa sucesso a "entrada do Brasil", esplendida concepção de Cortez e Bruhns, que o professor Agache acertadamente adotou. Não quisemos perder a oportunidade de projetar um conjunto que, por espírito de imitação, podíamos chamar "a sala de visitas" de São Paulo. (Prestes Maia, 1930 p.72).

Naquele sítio, ponto de fuga do Vale e vértice do Sistema Y desenhado para ampliar a capacidade de circulação da capital, Prestes Maia projetou seu monumental 'Paço Municipal', sede do Executivo e Legislativo da Cidade de São Paulo, com entrada tanto pelo Vale do Anhangabaú quanto pelo nível dos viadutos que transpunham o Vale. Para a construção do "Paço Municipal", foram iniciadas desapropriações nas áreas, porém o projeto acabou não sendo executado por ser muito ambicioso na época.



Figura 01 - Remodelação do vale do Anhangabaú segundo o Plano de Avenidas. **Fonte:** Campos, 2000. p.419.

Nesse contexto, é possível perceber a escolha estratégica do lugar para a execução do IV Congresso Eucarístico Nacional. Sob a direção do Engenheiro Cardim Filho, o vale do Anhangabaú (Sala de visitas de São Paulo) seria o lugar escolhido para se construir um grande templo a céu aberto, sendo o altar instalado aonde seria o Paço Municipal (no Plano de Avenidas), que diante da sua não execução, se transformou em uma praça. Portanto, a "sala de visitas" da cidade seria palco tanto para a Igreja expor sua soberania e seu poder de articulação perante o país, quanto da cidade de São Paulo que poderia demonstrar as grandes realizações da grande metrópole paulistana através da verticalização e do moderno projeto urbano, presentes no local.



Figura 02 e 03 – Cruzeiro monumental edificado no Parque do Anhangabaú no IV Congresso Nacional Eucarístico. **Fonte:** Acervo do Museu da Cidade - São Paulo.

Em um artigo do jornal *O Estado de São Paulo* podemos ler a chamada para a exposição no salão do prédio n.91 da av. Anhangabaú onde estava instalado o secretariado geral do IV Congresso Eucarístico Nacional da maquete do altar e do projeto do santuário a céu aberto que seria o principal palco do grande evento.

(...) erguendo-se dois metros acima do solo tem acesso por uma larga escadaria devendo acomodar do lado do Evangelho 130 prelados, isto é todo o episcopado nacional, confortavelmente instalados em cátedras com genuflexórios; ao mesmo tempo, do lado da Epistola haverá iguais acomodações para as altas autoridades civis e militares; no segundo plano mais elevado esta o recinto que ao fundo apresentara o amplo altar do sacrifício ladeado pelos tronos destinados a s. eminência o Sr. cardeal legado, ao Sr. núncio apostólico e ao prelado que haja de celebrar a missa pontifical; por detrás do altar sobre um pedestal de dois metros de altura será levantado um grande globo terrestre tendo em relevo os contornos dos cinco continentes, globo este medindo oito metros de um pólo a outro; do círculo polar ártico se erguerá uma grande cruz medindo do sopé ao cabeço vinte metros; no cruzamento do símbolo sagrado estará esculpido o emblema da Diviníssima Eucaristia; na balaustrada da retaguarda do monumento serão colocadas em profusão a bandeira nacional e a bandeira pontifical. Todo monumento deverá ser construído em cor branca, sendo talvez possíveis que o globo e a cruz se apresentem luminosos quer de dia quer de noite. (IV Congresso... 1942. p.8)

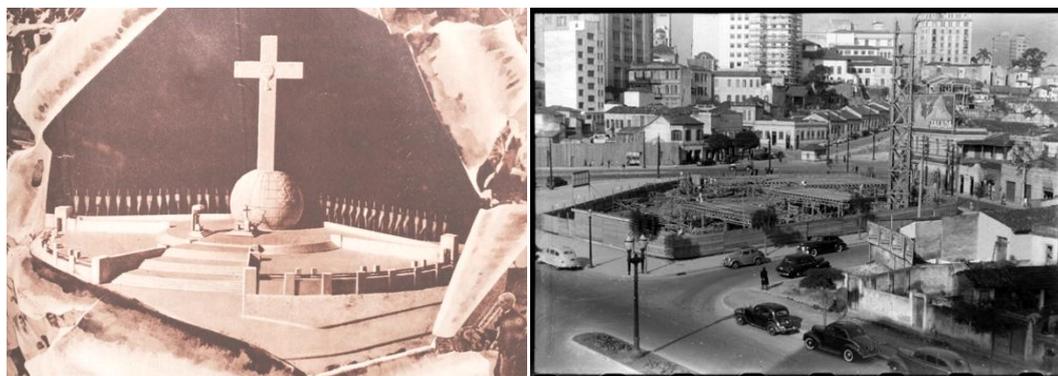


Figura 04 - Maquete do Altar-monumento do IV Congresso Nacional Eucarístico. Fonte: Acervo do Museu de Arte Sacra de São Paulo. **Figura 05**- Início da construção do altar. Fonte: Acervo do Museu da Cidade - São Paulo.

Segundo o dicionário de Ruas de São Paulo, após a realização do Congresso, houve um movimento para dar à praça a evocativa denominação de "Praça do Congresso Eucarístico", porém Prestes Maia não aceitaria tal sugestão, tendo posteriormente sugerido o nome de "Praça da Bandeira" em homenagem à bandeira brasileira, nome que permanece até

hoje no local. Assim como nas construções das igrejas, entre as décadas de 1930 e 1940, a sugestão de identificação da praça com o nome do evento demonstrou mais uma tentativa em se demarcar física e visivelmente a territorialidade católica na cidade. No cartão postal comemorativo do IV Congresso (Fig.07), é possível observar a intenção da Igreja em destacar o evento e suas marcas junto aos principais símbolos (Monumentos da Independência e de fundação da cidade) e obras da cidade de São Paulo (Vale do Anhangabaú, Catedral da Sé e a recém inaugurada Biblioteca Mário de Andrade).

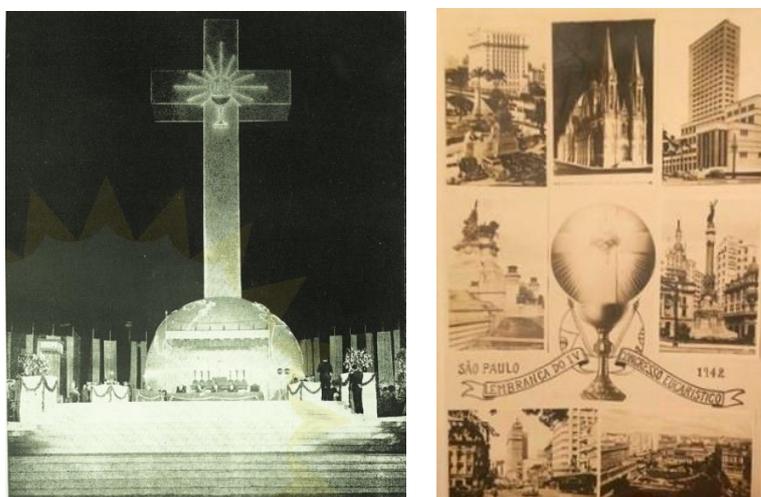


Figura 06- Imagem do altar-monumento do IV Congresso Nacional Eucarístico. **Fonte:** Revista Acrópole- n° 53. p.181. 1942. **Figura 07-** Cartão postal comemorativo do IV Congresso Eucarístico.

Iniciado oficialmente em agosto de 1942, o IV Congresso Eucarístico Nacional teve como primeiro evento oficial a recepção da imagem de Nossa Senhora Aparecida em São Paulo no dia 26 de julho de 1942. Considerada por Dom José Gaspar como a primeira peregrina e padroeira do Congresso Nacional Eucarístico, Nossa Senhora da Conceição Aparecida simbolizava, após a figura da eucaristia, a principal imagem da nação católica brasileira. Com sua devoção iniciada no século XVII, Nossa Senhora Aparecida foi proclamada rainha do Brasil e sua padroeira principal em 16 de julho de 1930, por decreto do papa Pio XI.

A imagem saiu em peregrinação de Aparecida do Norte sob responsabilidade do diretor da Congregação Mariana de São Paulo, até a cidade de Mogi da Cruzes. De lá fora trasladada de trem, em um carro ornamentado pelos Ferroviários da Central do Brasil, até a estação Carlos de Campos (antiga Guaiuna) onde em procissão foi levada até a matriz da Penha. Considerada como um das principais relíquias do território paulistano, a imagem

percorreu, desde sua chegada na cidade, os principais pontos paroquiais da metrópole, tanto em procissões terrestres quanto em procissões fluviais (pelo rio Tietê), até o traslado final ao altar-monumento para a devoção popular no parque do Anhangabaú.

O evento propriamente dito ocorreu entre os dias 3 a 7 de setembro de 1942. Com celebrações eucarísticas destinadas a grupos distintos (missas das senhoras católicas, dos homens, das crianças), além de discursos e homilias dos principais representantes do estado e da Igreja de todo o Brasil, o IV Congresso Eucarístico reforçou ainda mais as ideias de uma unidade cívica religiosa. Com o seu auge no dia da Pátria, o congresso encerrou com hasteamento na bandeira do Congresso e da Bandeira Nacional no local do altar. Segundo relatos da CNBB, o ar solene era reforçado com a imensa multidão que traziam consigo bandeiras do Brasil. Nos discursos proferidos, principalmente no encerramento do Congresso, é possível perceber a sensação de vitória que a Igreja vivia em relação à construção de um novo tempo para a religião.

"Vem raiando o sete de setembro. O dia da Pátria! Dia do solene encerramento do IV Congresso Eucarístico Nacional! [...] O Brasil, no dia da Pátria, aos pés do Santo Padre! Basta de palavras. Fale o simbolismo deste momento sublime aos corações dos dirigentes da nação. [...] O Brasil de joelhos aos pés da Hóstia Santa e do seu Vigário Visível, eis a resposta que a Terra de Santa Cruz dá às indagações céticas dos hereges e às desilusões cruéis dos que viram no poder, no domínio, na possessão de riquezas desse mundo o destino da humanidade." (Discurso do frei Capistrano, 1942 apud AZZI, 1980: 62).

O trecho acima retrata a busca de construção de uma “vocação católica” para o Brasil. A Igreja comemorava como vitória a luta contra o laicismo dominante na primeira república e buscava se afirmar como primado da fé. A hierarquia eclesiástica reforçava no Congresso Eucarístico a imagem de uma única fé, representada por uma única religião, que aliada à ideia de nacionalidade, reunia no Vale do Anhangabaú uma grande multidão de fiéis.

Diante ao processo de Restauração Católica, iniciada na década de 1920 e fortalecida nas décadas de 1930 e 1940, em que a Igreja se que se articulou em contraponto à relativização do papel da Igreja Católica e à laicização da sociedade brasileira é possível

observar que tal processo não se deu apenas no campo ideológico e religioso. Além do crescente poder de influência da Igreja junto aos poderes públicos, que buscavam aliados ao discurso nacionalista do Estado Novo, a Igreja se articulou em torno de uma estratégia territorial, em especial com a implantação e construção de novas igrejas, que pretendeu — e em grande medida com sucesso — marcar fisicamente esse poder de influência que a Igreja buscava nesse período e contribuiu, concomitantemente à Prestes Maia e agentes do poder público ou mesmo arquitetos e construtores que atuaram no período, para a transformação e modernização da cidade de São Paulo. Considerando o IV Congresso Eucarístico Nacional de 1942 como ponto de erupção de todo o movimento de restauração da Igreja após a proclamação do Estado Novo, é possível assumir que uma parcela significativa da Igreja Católica em São Paulo pode ser considerada como agente interventor na cidade nas décadas de 1930 e 1940. Tal leitura busca problematizar a grande narrativa que define como inexorável o percurso das cidades do sagrado ao profano, mostrando que atores religiosos não assistiram passivamente seu poder se esvaír.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZZI, Riolando. *A igreja Católica no Brasil durante o Estado Novo: 1937-1945*. Rio de Janeiro: Síntese, 1980.

_____. *O fortalecimento da Restauração Católica no Brasil: 1930-1940*. Rio de Janeiro: Síntese, 1979.

CAMPOS, Candido Malta. *Os rumos da cidade – urbanismo e modernização em São Paulo*. São Paulo: SENAC, 2000.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2012.

FICHER, Sylvia. *Os arquitetos da Poli: ensino e profissão em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2005.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das letras, 2001.

MIR, Luis. *Partido de Deus – Fé, Poder e Política*. São Paulo: Ed. Alaúde, 2007.

MORENO, Julio Cesar. *A ação do Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida e o fomento do turismo religioso*. Tese (doutorado). São Paulo: Escola de Comunicação e Artes /USP, 2009.

PRESTES MAIA, Francisco. *Introdução ao Estudo de um Plano de Avenidas para a Cidade de São Paulo*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1930.

ROMANO, Cristina de Toledo. *Santa Cecília: uma paróquia na confluência dos interesses paulista e da Igreja Católica entre 1895 a 1920*. Tese (doutorado). São Paulo: FFLCH/USP, 2007.

SILVA, Paulo Julião. *A Igreja Católica e as relações políticas com o Estado na Era Vargas*. In: Simpósio da Associação Brasileira de História das Religiões - ABHR, 13, 2012, \ São Luís, MA. Anais (on-line). São Luís: ABHR, 2012. Disponível: <http://www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/anais/article/view/456>. Acesso em 05/03/2017.

SOUZA, Miguel Nicácio Oliveira. *O Discurso político do Estado Novo*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: FFLCH/USP, 2008.

SOUZA, Ney de. *Catolicismo em São Paulo: Centenário da Arquidiocese (1908-2008)*. São Paulo: Revista de Cultura Teológica, v.15. n.60. jul/set., 2007.

VILLAÇA, Antonio Carlos. *O pensamento católico no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

VILLAÇA, Flávio. *Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil*. - In: DÉAK, Csaba, 1975.

PERIÓDICOS

CONGRESSO, *Eucharístico Nacional*. Jornal *O Estado de São Paulo*: 27/12/40. p.6

D. JOSÉ GASPAR, *de Afonseca e Silva*. Jornal *O Estado de São Paulo*, 08/09/1942. p.5

III CONGRESSO, *Eucharístico Nacional em Recife*. Jornal *O Estado de São Paulo*; 01/11/1939. p.7

IV CONGRESSO, *Eucarístico Nacional*. Jornal *O Estado de São Paulo*: 24/05/1942. p.8